

O Ensino Profissionalizante em Sergipe: Contribuição do Instituto Profissional Coelho e Campos (1922-1930)

Marina Oliveira Malta

Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento

Resumo:

Este artigo busca entender a trajetória do Instituto Profissional Coelho e Campos, no período de 1922 a 1930, a partir dos pressupostos da História Cultural, com o objetivo de compreender sua contribuição para a consolidação do ensino profissionalizante em Sergipe. A relevância do estudo está nas contribuições que ele trouxe para a História da Educação, ao sugerir novos temas de investigação; fontes para a realização de estudos; sugestões de literatura; considerações sobre o ensino profissionalizante e técnico feminino e masculino, nesse período; as tecnologias empregadas para a aprendizagem dos ofícios; dentre outros aspectos que possibilitaram a compreensão de uma época importante para a historiografia educacional sergipana.

Palavras-chave: Educação, Ensino, Ensino profissionalizante.

The Teaching Professional in Sergipe: contribution of the Institute Professional Coelho e Campos (1922-1930)

Abstract:

This research seeks to understand the trajectory of the Institute Professional Coelho Campos, in the period of 1922 to 1930, from the assumptions of Cultural History, in order to understand their contribution to the consolidation of teaching professional in Sergipe. The relevance of the study is that it brings in contributions for the History of Education, to suggest new topics for investigation, sources for the completion of studies, suggestions for literature, considerations about the teaching professional and technical female and male, in that period, the technology employed for the learning of letters, among other things, to enable the understanding of an important season for the historiography educational sergipana.

Keywords: Education, Teaching, Teaching Professional.

Este artigo busca entender a trajetória do Instituto Profissional Coelho e Campos (IPCC), no período de 1922 a 1930, com o objetivo de compreender a contribuição dada por essa instituição para consolidar o ensino profissionalizante em Sergipe.

O IPCC foi uma instituição científica, inaugurada em 1922, que forneceu mão-de-obra técnica para as indústrias sergipanas, lançando tanto homens como mulheres no mercado de trabalho. Em um Estado com uma industrialização recente e crescente, no início do século XX, os cursos profissionalizantes desse instituto foram uma resposta às necessidades sociais postas pelas indústrias, fábricas e pequenos comerciantes que buscavam fora de Sergipe a maquinaria necessária e o conserto da mesma para o funcionamento de seu comércio.

O recorte temporal estabelecido remete ao ano de criação do IPCC, ainda denominado de Liceu Profissional Coelho e Campos; sendo assim, o período a que nos referimos é o ano de 1922 até a década de 30 dos anos 1900 – momento a que se referem os últimos documentos encontrados por esta pesquisa no Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES).

A trajetória do IPCC foi analisada a partir dos pressupostos da História Cultural, os quais, segundo Chartier (1988), “tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p.17).

A pesquisa buscou algumas aproximações com o passado. Foram utilizados jornais, livros, decretos, mensagens presidenciais, livros de matrícula e folha de ponto das professoras do curso profissional feminino. Todos estes elementos contribuíram para a composição da lógica histórica deste estudo que, conforme Thompson (1981, p.49), é um “[...] método lógico de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação etc”.

Através dessa lógica, é possível compor o quadro histórico, resultante da articulação entre as evidências, a teoria que deu embasamento ao estudo, o diálogo estabelecido com as fontes, o contexto e as escolhas do pesquisador. Assim, de acordo com Nascimento (2005), o estudo da história das instituições

científicas e da difusão das suas práticas formativas e de pesquisa pode ser uma importante ferramenta para o desenvolvimento de cada um dos campos específicos, possibilitando o debate sobre os itinerários teórico-metodológicos e a reflexão sobre as formas de transmissão da cultura científica e tecnológica.

Partindo de tais pressupostos é possível afirmar que a pesquisa sobre o ensino profissionalizante em Sergipe, sobretudo o oferecido pelo IPCC, contribuirá para o entendimento das práticas de formação de jovens, como também para a ampliação dos estudos em História da Educação neste Estado.

O Instituto Profissional Coelho e Campos

A idéia de criar um instituto profissionalizante em Sergipe adveio da necessidade de formar, no Estado, pessoas qualificadas, capazes de realizar trabalhos com madeira, cobre, ferro, maquinaria etc. Este fato levou José Luiz Coelho e Campos, ministro do Supremo Tribunal Federal, a doar, em seu testamento, a quantia de 300 contos de reis para a instalação de um Liceu de Artes e Ofícios ou um Instituto de Ensino Profissional, em Sergipe, em 1919.

Assim, o Presidente de Sergipe, Pereira Lobo (1918-1922), tomou as devidas providências para cumprir o referido testamento. Criou, em 1922, o curso de Mecânica Prática, que tinha duração de dois anos, e deveria funcionar nas dependências do futuro Liceu, a ser denominado “Liceu Profissional Coelho e Campos”, em homenagem ao seu patrono, no momento em que a construção do prédio estivesse concluída. Segundo Nascimento,

Além da criação desta escola federal, as primeiras medidas tomadas pelo Estado de Sergipe para a institucionalização do ensino profissionalizante, ocorreram no final do governo do Presidente Pereira Lobo com a criação, em 1922, do Liceu Profissionalizante Coelho e Campos, cujo objetivo era oferecer formação para o trabalho por meio do ensino prático (NASCIMENTO, 2004, p.33).

A construção das instalações do curso de Mecânica Prática estava situada à Rua de Itaporanga, com Simão Dias. Para ingressar nele, os candidatos deveriam prestar exame de admissão, de acordo com as exigências determinadas no regulamento do Ministério da Agricultura, cuja estrutura validava e reconhecia o caráter profissional dos alunos formados pelas instituições de ensino.

As informações acerca dos utensílios, aparelhos, maquinismos, assim como os planos, métodos e programas mais apropriados que deveriam ser ensinados, vieram dos Estados Unidos da América do Norte. Assim, esta instituição de ensino profissionalizante tornou-se uma agência formadora de indivíduos que incorporavam padrões culturais norte-americanos que circulavam no Brasil, realizando construção de aula na Oficina mecânica buscando de outros Estados do pa

O primeiro ano do curso teve a duração de onze meses, subdivididos em quatro períodos. O primeiro era composto por aulas de Aritmética, Geometria, Desenho Geométrico com mão livre, Técnica Mecânica, Ferramentas, Medidas e Unidades, especialmente as usadas na agricultura. Cada aula tinha a duração de uma hora, distribuída ao longo do período, com duração de dois meses.

Além das aulas teóricas, os alunos ficavam seis horas por dia nas oficinas, aprendendo trabalhos mecânicos manuais, como limar, forjar, caldear, rebitar, ajustar, serrar, temperar o preparo de ferramentas, também adquiriam conhecimentos acerca dos processos de montagem, desmontagem e ajustagem de aparelhos mecânicos simples, como veículos, rodas, máquinas agrícolas, moinhos simples, talhas, sarilhos etc.

O segundo período durava três meses. Os professores das disciplinas teóricas tinham uma hora de aula por dia para ensinar noções de Mecânica Geral Elementar; Elementos de máquinas e órgãos de transmissão (eixos, polias, engrenagens, correias, cabos etc). Além disso, os alunos tinham duas horas de aula por semana de Desenho, onde estudavam os esboços de peças de máquinas e ficavam seis horas do dia nas oficinas, estudando os processos descritos no primeiro período.

Assim, os períodos se seguiam, alternando as aulas teóricas e práticas, fato que também acontecia no ensino agrícola, pois, segundo Nascimento (2004, p.97), “todo o discurso dos dois primeiros períodos que caracterizam o ensino agrícola em Sergipe (1836-1924 e 1924-1957) é marcado pela defesa do ensino prático a fim de formar cultivadores capazes de fazer a exploração racional das propriedades rurais”.

No terceiro período do primeiro ano do curso, estudava-se a primeira parte dos conteúdos de Mecânica aplicada elementar, juntamente com noções de Termodinâmica, Geradores de vapor, Motores a vapor e de explosão (aplicação a veículos, tração, lavoura e indústrias conexas). Além destas aulas, dedicavam-se duas horas por semana para estudar o uso de aparelhos para verificação e funcionamento de motores, manômetros etc. Na oficina, aprendiam sobre o funcionamento, a montagem, desmontagem e ajustagem de motores a vapor e de explosão.

No quarto período, com duração de três meses, estudavam-se os conteúdos da primeira parte de Mecânica aplicada elementar, a segunda parte de Noções de hidráulica e hidrodinâmica, os Motores hidráulicos e bombas aríetes, os Aparelhos e máquinas elétricas, as Noções de eletrotécnica e as Demonstrações práticas do funcionamento de motores e geradores elétricos.

A fim de concluir o primeiro ano do curso de Mecânica Prática, no quarto período, os alunos permaneciam com a rotina de seis horas por dia nas oficinas, estudando o funcionamento, a montagem, a desmontagem e a ajustagem de motores hidráulicos e bombas, os desenhos e as plantas.

Vale ressaltar que essa formação não dependia apenas do que estava posto nos manuais de ensino, mas também de condições externas, como das escolhas do professor, das condições de funcionamento das instituições, dos alunos e da cultura educacional posta em cada situação. Por isso, em todo programa havia um currículo oculto que merece ser investigado. Segundo Valença,

Ao considerar que a organização curricular não foi elaborada de forma imparcial, a transmissão dos conhecimentos

estabelecidos pela estrutura do currículo organizado pela escola tinha uma carga de intencionalidade que implicava na introdução de valores e interesses ditados pelas normas sociais vigentes (VALENÇA, 2005, p. 56).

O segundo ano do curso de Mecânica Prática tinha a duração de nove meses, correspondente ao Curso Complementar, com o seguinte formato: uma hora de aula por dia de complementos de motores térmicos, máquinas a vapor especiais, locomotivas, motores a óleo, querosene, motores a gás, motores de automóveis e de máquinas agrícolas; métodos para verificação, gastos de combustível e rendimento de motores térmicos. A cada semana era dedicada uma hora de aula para o estudo da fundição do ferro, do bronze e para a demonstração prática dos processos de sondagem.

Na oficina mecânica e de máquinas, os aprendizes passavam seis horas por dia, realizando construção, reforma, conserto e ajustamento de diversos motores térmicos, ensaios e assentamento. Também eram realizadas visitas às instalações industriais e de motores térmicos. Além disso, tinham duas horas de aula semanais de desenho de máquinas.

O segundo período tinha a duração de cinco meses, com uma aula por dia de complementos de diversos motores hidráulicos e bombas, métodos para verificação de potência e rendimento de máquinas hidráulicas, aparelhagem elétrica de usinas, os geradores e seu funcionamento, diversas máquinas especiais de beneficiamento de produtos agrícolas, assentamento, funcionamento, produção e seu custo. Na oficina mecânica e de máquinas, ficavam de seis a sete horas por dia, aprendendo a construção, reforma, conserto e ajustamento em conexão com máquinas elétricas, ensaios, assentamento, além de realizarem visitas a instalações hidro-mecânicas e hidro-elétricas das indústrias.

O primeiro programa de ensino do curso de Mecânica Prática estava permeado pelos valores culturais postos na época. Nesse sentido, é indispensável o estudo dos programas de ensino para o entendimento das concepções acerca da educação, que cada instituição possuía. Segundo Bittencourt,

A presença de cada uma das disciplinas escolares no currículo, sua obrigatoriedade ou sua condição de conteúdo opcional e, ainda, seu reconhecimento legitimado por intermédio da escola [...], articula-se ao papel político que cada um desses saberes desempenha ou tende a desempenhar, dependendo da conjuntura educacional (BITTENCOURT, 2003, p.10).

Esse tipo de formação profissional representou um marco para Sergipe que freqüentemente buscava, de outros Estados do país, pessoas capazes de consertar as máquinas e o mobiliário das indústrias. Segundo Barreto (2003, p.37) esta formação “[...] visava preparar técnicos para as indústrias sergipanas e o Instituto Profissional Coelho e Campos fabricou e forneceu, por muito tempo, móveis e equipamentos às repartições do Estado”.

No Governo de Graccho Cardoso, Sergipe passou por uma ampla melhoria em sua educação, com destaque para a organização do ensino profissional. Tal governador acreditava que empreender esforços próprios de pesquisas significava capacitar o Estado para a adaptação e criação de tecnologias, reduzindo sua dependência de fontes externas, buscando uma maior autonomia tecnológica.

Exposições e feiras de produtos da terra e da indústria, congressos, conferências, demonstrações de instrumentos técnicos e científicos, transformações tecnológicas, adornadas pelos progressos do cinema, pela circulação das diversas manifestações artísticas, faziam a festa dos sergipanos daquele tempo (BARRETO, 2003, p. 40).

Assim, Graccho Cardoso tentou dinamizar a construção do Liceu Profissional Coelho e Campos que, apesar de oferecer o curso de Mecânica Prática, ainda encontrava-se em fase de construção e de adaptação das oficinas. O decreto nº 771, de 10 de fevereiro de 1923, transformou o Liceu em “Instituto Profissional Coelho e Campos” (IPCC), dando-lhe as finalidades de ministrar e desenvolver, no Estado, o ensino

técnico profissional para ambos os sexos, orientando as vocações e educando as aptidões industriais.

Segundo Nunes (1984, p.251), tentava-se atender através do Instituto as necessidades do Estado e “não fazer da escola técnica profissional um centro de assistência social para os carentes de recursos”. Isso diferenciava o IPCC de outras instituições profissionalizantes, como a Escola de Aprendizes Artífices, cujo objetivo principal era alfabetizar e capacitar jovens pobres.

O IPCC foi inaugurado em 28 de julho de 1923. Naquele momento, havia 153 alunos matriculados no primeiro ano do curso de adaptação, sendo todos do sexo masculino na faixa etária entre 10 e 18 anos. Como pôde ser observado no currículo do curso de Mecânica Prática, o ensino teórico e prático era ministrado por períodos, sendo o de adaptação indispensável à matrícula nos outros cursos existentes: Montadores Eletricistas, Condução de Máquinas e Motores. Segundo Nunes,

O curso tinha a duração de cinco anos, sendo os três primeiros de adaptação e abrangiam o estudo de conhecimentos gerais (Português, Matemática, Geografia e História do Brasil) e iniciação profissional, e os dois últimos de disciplinas técnicas, segundo o curso escolhido pelo aluno entre os que eram oferecidos: mecânica prática, montadores eletricistas e condução de máquinas e motores (NUNES, 1984, p. 250).

Graccho Cardoso, ao inaugurar o IPCC, em 1923, anunciou o tipo de ensino profissionalizante, que pretendia oferecer, ressaltando a importância de uma instituição como a Coelho e Campos para a profissionalização de rapazes e moças do Estado de Sergipe. Segundo ele,

o curso profissional, mera aspiração até hoje, entre nós, passa a ser um fato. Orientados por esse roteiro, cogitamos ainda de outras fundações, inclusive a Escola Profissional Feminina, como elemento de

instrução industrial da mulher sergipana, no objetivo de armá-la de meios de defesa na luta pela vida e, ao mesmo tempo, vigiar por sua emancipação econômica (DIÁRIO OFICIAL, 1923, p. 1082).

Segundo Nunes (1984, p.255), Graccho Cardoso, “ao cogitar da instalação de uma Escola Profissional Feminina, a via como elemento de instrução industrial da mulher sergipana, no objetivo de armá-la de meios de defesa na luta pela vida, e ao mesmo tempo, vigiar por sua emancipação econômica”. Assim, as mulheres ingressaram no IPCC como alunas a partir de 1927, quando o segundo ano do Curso Complementar da Escola Normal Rui Barbosa, chamado também de Curso Profissional Feminino, foi transferido para suas instalações, deixando de ser ministrado nas dependências da referida instituição.

Segundo Fonseca (1986, p.160), “o Instituto atendia aos meninos nas oficinas de Mecânica, Marcenaria, Niquelagem e Construções Metálicas, enquanto ensinava Corte, Costura, Rendas, Bordados e Chapéus às meninas. Assim, também as moças sergipanas começaram a ser atendidas pelo ensino industrial”.

Diante da mudança, as professoras que lecionavam no curso profissional da Escola Normal foram remanejadas para o IPCC. As profissões eram ensinadas, em sua maioria, por duas professoras, sendo que uma era catedrática e a outra adjunta, com a função de auxiliar a primeira. Dentre os nomes identificados destacam-se o de Iracema Garcez Dória, nomeada em 1938, para o cargo de professora de Mecanologia do IPCC, e o de Marina Emilia de Marsilac, professora adjunta de música da Escola Normal Rui Barbosa, sendo efetivada em 1930 para a cadeira no curso de Adaptação do IPCC.

A repercussão apareceu nos jornais que circulavam em Aracaju durante o ano de 1927. No Jornal Correio de Aracaju foram encontrados anúncios de lojas vendendo artigos de corte e costura, atelier de modas, matérias sobre a beleza da mulher, anúncios de profissionais autônomas informando que confeccionavam fantasias e roupas, mas nada sobre a profissionalização feminina oferecida pelo IPCC. Esse fato também é recorrente no Sergipe Jornal, que chegou

a publicar anúncios de profissionais que vendiam produtos por elas confeccionados: “Rosa Pitangueira de Menezes tem bordados a seda e a ouro, flores de papéis, de fazendas de fitas, dentre outras coisas” (SERGIPE JORNAL, 1927, p. 2).

Havia uma preocupação com a profissionalização da mulher. Apesar disso, dentre os mecanismos da memória, está o silêncio ou o esquecimento verificado nas notas dos jornais em relação às informações sobre o Curso Profissional Feminino do IPCC. Segundo propõe Le Goff,

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é um das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 2003, p. 422).

Como esta pesquisa ainda está em andamento, pretende-se seguir com a busca nos jornais a fim de reunir os vestígios do Curso Profissional Feminino de 1927 e verificar suas repercussões na sociedade. Tem-se a certeza de que a conquista de uma profissão por parte da mulher é reveladora de acordos, ambigüidades, tensões, conflitos, abnegação e contradições. Sobre isso, Norbert Elias afirma que

[...] cada pessoa que passa por outra, como estranhos aparentemente desvinculados na rua, está ligada a outras por laços invisíveis, sejam estes laços de trabalho e propriedade, sejam de instintos e afetos. Os tipos mais díspares de funções tornaram-se dependentes de outrem e tornaram outros dependentes dela. Ela vive, e viveu desde pequena, numa rede de interdependências que não lhe é possível modificar ou romper pelo simples giro de um anel mágico, mas somente até onde a

própria estrutura dessas dependências o permita; vive num tecido de relações móveis que a essa altura já se precipitaram nela como seu caráter pessoal (ELIAS, 1994, p. 22).

Em 1928, sob a direção de Octavio Espírito Santo, estavam matriculados 441 alunos no IPCC, incluindo as alunas do Curso Profissional Feminino. Porém, com a resolução do Governo de encaminhar as crianças com a idade que não permitia ainda a aprendizagem profissional aos Grupos Escolares da capital, a matrícula no IPCC, foi reduzida a 247 aprendizes, distribuídos nos cursos de Adaptação, Técnico, Prático, Flores e Bordados, Roupas e Confecções e Trabalhos Manuais.

Na disciplina Trabalhos Manuais, eram ensinadas utilidades da vida prática e cortes de roupa, estudando trançados, cartonagem, modelagem, recortes e prendas domésticas. As atividades eram subdivididas em trabalhos com agulhas, como tricot, crochet, rendas e bordados. As aulas eram ministradas pelas professoras Mariana Dinis Barreto, catedrática, e por Liná Montes, adjunta. Em 1928, a professora Zaira Dantas de Azevedo foi nomeada para ser adjunta desta cadeira, assumindo a condição de catedrática em 1930.

O curso de “Pintura, metaloplastia e pirogravura”, ministrado pelas professoras Julieta de Castro Almeida e Jesuína Eulália Coelho, preparava as jovens para as coisas da decoração e da pintura. O de “Flores e ornamentação” instruía acerca do uso das flores de pano, de seda, e de diversos arranjos. Em 1935, a professora Cordelia Lacerda Ferreira foi nomeada para ministrar esta cadeira.

O ensino de “Rendas, bordados” era ministrado pelas professoras Maria Isolina de Souza Freire, catedrática, e por Elvira Diniz, sua adjunta. O curso de “Modas, confecções de roupas brancas e grossas” era ministrado pelas professoras Anaide Cardoso, catedrática, e por Eurydices Bezerra, adjunta vitalícia desta cadeira. Neste curso, elas ensinavam aplicações gerais em roupas; já no ano de 1926, outra adjunta assumiu a cadeira, a professora Daria Alves Gomes, com nomeação vitalícia.

A disciplina “Economia Doméstica” se ocupava de assuntos que diziam respeito aos cuidados da casa, instruindo e direcionando as atitudes. Ela era ministrada pela professora Anna Araújo de Souza e Silva, nomeada vitaliciamente para esta cadeira e pela adjunta Marianna Cardoso de Campos, que em 1940 foi nomeada para o cargo de professora adjunta do curso de Trabalhos de Agulhas, rendas e bordados do IPCC.

Tal currículo revela a preocupação com a formação para atividades consideradas meramente femininas, relacionadas à maternidade e ao espaço doméstico. Segundo Valença,

O ensino pedagógico da Escola Normal, além de apresentar-se como uma oportunidade socialmente aceita para mulheres que buscavam independência econômica, desempenhou, concomitantemente, um papel decisivo na formação intelectual feminina, possibilitando uma crescente valorização social [...] (VALENÇA, 2005, p. 46).

Verifica-se, ao longo da história, que muitas mudanças aconteceram, tanto no quadro de profissionais, quanto na grade curricular e nos conteúdos estudados. A intencionalidade do currículo profissionalizante estava condizente com o modelo ideal de mulher que se queria formar, a partir dos padrões sociais e culturais vigentes. Assim, as alunas do Curso Profissional Feminino aprendiam a realizar trabalhos com flores, chapéus, bordados, camisas, pijamas, fantasias etc, ficando aptas para exercer uma profissão ao final do curso.

Naquele período, as mulheres de Aracaju já estavam presentes no mercado de trabalho. Segundo Freitas (2003, p.137), “além do magistério, público e particular, as mulheres estavam presentes nas fábricas de tecelagem, no comércio, em atividades ligadas à enfermagem, no campo das artes, e nas atividades relacionadas com o âmbito doméstico”.

No ano de 1930, alguns alunos do IPCC completaram seus cursos, recebendo o prêmio pelos seus esforços. Foram três no curso de “Mecânica Prática”, assim distribuídos: um no curso de ferreiro, dois no de ajustador, dois no de fundidor e três de marcenei-

ro. No “Profissional Feminino”, seis alunas concluíram o curso de “Modas e Confeções”, assim distribuídas: uma em modas, confeções e bordados a fantasia; uma em modas, confeções e renda inglesa; uma em modas, confeções e flores; quatro em renda irlandesa; uma em renda irlandesa e chapéus; uma em renda inglesa; uma em flores e uma em tricot.

Os nomes destes alunos ainda são pistas a serem reveladas. Até o momento, sabe-se que, para mostrar os trabalhos à sociedade, foi realizada, em novembro do mesmo ano, uma exposição das prendas e dos desenhos dos diplomados. Estes eventos garantiam a visibilidade tanto do curso, como das alunas com suas artes e ofícios para a sociedade. Apresentavam a acumulação do capital cultural, através da aquisição de uma profissão, distinguindo-as das outras mulheres sergipanas.

Considerações Finais

O Instituto Profissional Coelho e Campos muito contribuiu para a formação de mão de obra técnica para a indústria sergipana, uma vez que se destinava ao preparo de homens e mulheres para o ensino técnico-profissional. Sua trajetória de atuação esteve marcada por conflitos e tensões que merecem investigação.

Ainda há muito a ser trilhado para compor o quadro do ensino profissional oferecido por esta instituição, principalmente no que diz respeito a suas práticas, saberes e representações. Cabe investigar se a formação condizia com o que estava posto nos programas de ensino e como ela acontecia, para que se tenha uma visão mais aproximada da realidade vivida.

Este estudo possibilitou a visibilidade do ensino profissional oferecido pelo IPCC, demonstrado que, através dos currículos, um conjunto determinado de saberes foi definido, legitimando o conhecimento oferecido pelo Instituto, contribuindo para a formação de jovens para o mercado de trabalho e para o ensino profissionalizante em Sergipe.

No que diz respeito ao ensino feminino, o presente estudo apresentou alguns subsídios para compreender esta trajetória, permitindo, de forma mais espe-

cífica, entender como aconteceu o processo de ocupação dos espaços femininos, em alguns grupos sociais naquele período. De antemão, verifica-se que o sentido de suas conquistas pode ser percebido nas suas falas e ações, presentes nos jornais, nas fichas de cadastro das docentes, nos boletins, nas cadernetas, nos diários, dentre outras formas de registro da memória.

Atrelado a isto, surgiu a responsabilidade de interpretar a trajetória do IPCC, a partir tanto do currículo do curso de Mecânica Prática de 1922, quanto do Curso Profissional Feminino de 1927, na reunião

das diversas fontes e possibilidades de olhares que se lançaram. Assim, muitos são os caminhos a serem percorridos para o entendimento dos processos e das relações entre os sujeitos que atuaram nesta instância de formação.

Este estudo pode ser considerado o início de uma análise acerca dos muitos aspectos a serem observados no que diz respeito à formação profissional de homens e mulheres. Cabe ao pesquisador percorrer os caminhos necessários em busca dos vestígios do Instituto Profissional Coelho e Campos para promover o esclarecimento dessa História.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Cierce M. F. “Disciplinas escolares: história e pesquisa”. In: RANZI, S. M. F., et al (org.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiografia).
- BOURDIEU, Pierre. “Algumas propriedades dos campos”. In: **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1980.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Trad. GALHARDO, Maria Manuela. Rio de Janeiro: Editora BERTRAND Brasil S.A., 1988. (Coleção Memória e Sociedade).
- FONSECA, Celso Suckov. da. **História do ensino industrial no Brasil**. vol. 4. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. “Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX”. In: **Revista do Mestrado em Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. v.4, p.45-65, jan./jun., 2002.
- _____. **Vestidas de azul e branco – um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação / NPGED, 2003.
- _____. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas no início do século XX**. Campinas, SP: UNICAMP, 2003. (Tese de Doutorado).
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 419-476.
- LOPES, Eliane Maria Teixeira (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação**. São Cristóvão, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação / NPGED/UFS, 2003.
- _____. **Memórias do aprendizado: oitenta anos de ensino agrícola em Sergipe**. Maceió: Edições Catavento, 2004.
- _____. “Ensino, pesquisa e memória: problemas metodológicos para o estudo da história da pesquisa e do ensino da química em Sergipe (1923-1926)”. In: **Cadernos UFS – Química e Educação**. v. 6. São Cristóvão: Editora UFS, 2004.
- NUNES, Maria Thétis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- PERROT, Michelle. “Práticas da memória feminina”. In: **Revista Brasileira de História**. A mulher no espaço público. São Paulo: ANPUH / Marco Zeno, v. 9, n.18, p.09-18, ago. /set., 1989.
- THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- VALENÇA, Cristina de Almeida. **Entre livros e agulhas: representações da cultura escolar feminina na Escola Normal em Aracaju (1871-1931)**. Aracaju: Nossa Gráfica, 2005.

Documentos oficiais consultados

- Arquivo Público Estadual de Sergipe. **Livro de matrícula do Instituto Profissional Coelho e Campos**. vol.183. catálogo E7. Aracaju, Sergipe.
- Arquivo Público Estadual de Sergipe. **Livro de Ponto do Curso Profissional Rui Barbosa (1926-1927)**. vol.68. catálogo E7. Aracaju, Sergipe.
1922. **Mensagem do Presidente Pereira Lobo**.

1936. **Mensagem do Governador Eronildes Ferreira de Carvalho.** (pg.42-46).

Legislação

SERGIPE. Decreto-lei nº 771, de 10 de fevereiro de 1923. **Diário oficial do Estado de Sergipe.** Poder executivo. Aracaju, 13 de fevereiro de 1923. n.940. Seção 1, pg.1.

SERGIPE. Decreto-lei nº 723, de 16 de junho de 1921. **Mensagem do Presidente Pereira Lobo.** Assembléia Legislativa. Aracaju, 07 de setembro de 1921.

SERGIPE. Decreto-lei de 24 de abril de 1922. **Mensagem do Presidente Pereira Lobo.** Assembléia Legislativa. Aracaju, 07 de setembro de 1922.

SERGIPE. Decreto-lei nº 1.014 de 01 de fevereiro de 1927. **Mensagem do Presidente Manoel Corrêa Dantas.** Assembléia Legislativa. Aracaju, 07 de setembro de 1927.

Jornais de Sergipe

Correio de Aracaju

Correio de Aracaju. Aracaju, 20 de julho de 1927. Ano XX, n.497.

Correio de Aracaju. Aracaju, 30 de agosto de 1927, Ano XX, n.524.

Correio de Aracaju. Aracaju, 31 de agosto de 1927, Ano XX, n.525.

Correio de Aracaju. Aracaju, 28 de setembro de 1927, Ano XX, n.548.

Correio de Aracaju. Aracaju, 29 de setembro de 1927, Ano XX, n.549.

Correio de Aracaju. Aracaju, 30 de setembro de 1927, Ano XX, n.550.

Correio de Aracaju. Aracaju, 28 de outubro de 1927, Ano XX, n.572.

Correio de Aracaju. Aracaju, 31 de outubro de 1927, Ano XXI, n.574.

Correio de Aracaju. Aracaju, 28 de novembro de 1927, Ano XX, n.596.

Correio de Aracaju. Aracaju, 30 de novembro de 1927, Ano XXI, n.598.

Diário oficial do Estado de Sergipe

Diário oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 17 de junho de 1921. Ano II. n.471.

Diário oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 27 de fevereiro de 1923. Ano VI. n.950.

Diário oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 01 de agosto de 1923. Ano VI. n.1.074.

Sergipe Jornal

Sergipe Jornal. Aracaju, 31 de janeiro de 1927, Ano VII, n.1582.

Sergipe Jornal. Aracaju, 28 de fevereiro de 1927, Ano VII, n.ilegível.

Sergipe Jornal. Aracaju, 31 de março de 1927, Ano VII, n.1580.

Sergipe Jornal. Aracaju, 29 de abril de 1927, Ano VII, n.1602.

Sergipe Jornal. Aracaju, 30 de abril de 1927, Ano VII, n.1603.

Sergipe Jornal. Aracaju, 31 de maio de 1927, Ano VII, n.1625.

Sergipe Jornal. Aracaju, 30 de junho de 1927, Ano VII, n.1647.

Sobre os autores:

Marina Oliveira Malta é mestranda do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Orientador: Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento. Pertencente ao Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação.

Jorge Carvalho do Nascimento é doutor em História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou como pesquisador (bolsa sanduíche CAPES) na Johan Wolfgang Goethe Universität de Frankfurt, na República Federal da Alemanha. É mestre em História e Filosofia da Educação, também pela PUC de São Paulo. Coordena o Grupo de Pesquisa em História da Educação da UFS.